



Revista de Políticas Públicas
ISSN: 2178-2865
revistapoliticaspublicas@ufma.com
Universidade Federal do Maranhão
Brasil

de Mesquita, Benjamin Alvino; da Costa Silva, Ricardo Gilson; Madeira,
Welbson do Vale; Muniz Barbosa, Zulene; Sá Silva, José de Ribamar
GLOBALIZAÇÃO E A DINÂMICA ECONÔMICA E TERRITORIAL NA AMÉRICA LATINA
Revista de Políticas Públicas, vol. 24, 2020, pp. 388-409
Universidade Federal do Maranhão
Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321165167022>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UFMA
redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto



GLOBALIZAÇÃO E A DINÂMICA ECONÔMICA E TERRITORIAL NA AMÉRICA LATINA

Benjamin Alvino de Mesquita¹

José de Ribamar Sá Silva²

Ricardo Gilson da Costa Silva³

Welbson do Vale Madeira⁴

Zulene MunizBarbosa⁵

Resumo

O artigo aborda o debate contemporâneo da chamada *globalização neoliberal* e a *dinâmica socioeconômica e territorial nas áreas periféricas* do capitalismo, ocasionadas pelas *formas de integração* que privilegiam a financeirização frente aos aspectos produtivos, realizadas por países da América Latina. Um elemento importante para a compreensão do neoliberalismo que impôs a todos uma lógica destrutiva de conquistas históricas (Welfare State), foi fugir da visão do *mainstream* econômico e se apoiar na Economia Política e correntes heterodoxas. Esta forma de inserção, baseada em commodities, direciona as políticas econômicas, sociais e ambientais de acordo com os preceitos neoliberais e consolida um padrão de *crescimento, instável e vulnerável* que aumenta o grau de dependência e responde pelo quadro de desigualdade e expropriação de minorias excluídas da globalização financeira. O cerne da questão está na desregulamentação dos fluxos financeiros, comerciais e de serviços propostos pelo fundamentalismo *de mercado*, que se impôs a todos, sob a complacência de um Estado Nacional que se *apequena* no exercício do seu papel promotor de desenvolvimento e de políticas públicas.

Palavras-Chave: Globalização neoliberal. Formas de integração. Dinâmica econômica. Áreas periféricas. Estado Nacional.

GLOBALIZATION AND ECONOMIC AND TERRITORIAL DYNAMIC IN LATIN AMERICA

Abstract

The article addresses the contemporary debate on the so-called neoliberal globalization and the socioeconomic and territorial dynamics in the peripheral areas of capitalism, caused by the forms of integration that privilege financialization over the productive aspects, carried out by countries in Latin America. An important element in the understanding of neoliberalism that imposed a destructive logic of historical conquests (Welfare States) on everyone, was to escape from the vision of the economic mainstream and to rely on Political Economy and heterodox currents. This commodity-based insertion form directs economic, social and environmental policies according to neoliberal precepts and consolidates an unstable and vulnerable growth pattern that increases the degree of dependence and accounts for the situation of inequality and expropriation of minorities excluded from globalization. financial. The heart of the matter is the deregulation of financial, commercial and investment flows services proposed by market fundamentalism, which imposed itself on everyone, under the complacency of a National State that becomes smaller in the exercise of its role promoting development and public policies.

Key Words: Neoliberal globalization. Forms of integration. Economic dynamics. Peripheral areas. National State.

Artigo recebido em: 11/11/2019. Aprovado em: 10/02/2020

¹ Doutor em Geografia e Aménagement et urbanism pelo IHEAL/Sorbonne Nouvelle/Paris 3 e em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Professor do Departamento de Economia e dos Programas de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão. Email: benjamin Alvino@yahoo.com

² Doutor em políticas Públicas (UFMA), Professor titular do Departamento de Economia e dos Programas de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: zederiba@hotmail.com.

³ Doutor em Geografia Humana (USP), professor do Departamento de Geografia, do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGG/UNIR) e do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar Profissional em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça (DHJUS/UNIR) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: rgilson@unir.br

⁴ Doutor em Desenvolvimento Socioambiental (NAEA/UFPA). Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da UFMA. Email: welbsonmadeira@uol.com.br.

⁵ Doutora em Ciências Sociais-Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com pós-doutorado no Centro de Estudo Sociais, Universidade de Coimbra, Professora do Depto Ciências Sociais/ UEMA, E-mail: zulene.mb@uol.com.br.

1 INTRODUÇÃO

O texto é uma síntese da mesa organizada pelo grupo de pesquisa Desenvolvimento Econômico e Agricultura Brasileira, no âmbito da IX JOINPP – 2019 e teve como temática a globalização financeira e as implicações da mesma para aspectos que foram objeto de análise na mesa redonda¹, que se considera importante para a compreensão do quadro de desigualdade e expropriação que prevalece em regiões periféricas como a América Latina, neste processo de desregulamentação dos fluxos financeiros, comerciais e de serviços proposto pelo *fundamentalismo de mercado*, regras estas impostas a todos sob a complacência de um Estado Nacional que se apequena no exercício do seu papel promotor de desenvolvimento e de políticas públicas.

Os processos derivados das políticas neoliberais implementada desde os anos 1970 impõem a todos uma lógica destrutiva daquilo que se tinha conquistado pós-crise de 29 e sob a égide do Bretton Woods que se esgota na década de 1970. Os objetivos neoliberais passam pelo rompimento de estruturas, conquistas sociais e formas tradicionais de organização da produção, e sobretudo pela *desconstituição do Estado do Bem-estar social e desenvolvimentista*. O neoliberalismo se alastrou pelo mundo e nas periferias do capital, e a primeira a embarcar nessa ideologia neoliberal foi América Latina (AL). A exploração de recursos naturais em larga escala (e, sua exportação) foi a marca da registrada de integração a globalização escolhida por estes países. Nos últimos 30 anos, essa opção de se especializar na produção de *commodities* ocasionou transformações significativas na *reorganização do território e na dinâmica socioeconômica e ambiental* destas áreas, opção essa que era desfavorável aos segmentos excluídos desta globalização. Ademais esta forma de inserção internacional, ao direcionar as políticas econômicas, sociais e ambientais de acordo com os preceitos neoliberais, consolida um padrão de crescimento, instável e vulnerável, pois se sustenta em *commodities*, e assim aumenta o grau de dependência e compromete uma ação governamental mais efetiva às populações locais.

Nesse sentido, o modelo agroexportador atual é muito mais perverso em termos de exclusão social e impacto ambiental do que o seu ancestral colonial (as *plantations*) e seus substitutos posteriores. Os conflitos socioeconômicos e ambientais decorrentes da expansão do capitalismo no campo sempre estiveram presentes na fronteira agrícola e expressam o antagonismo e o tratamento diferenciado dado pelas políticas governamentais a dois segmentos sociais bem distintos no acesso e controle desses territórios. De um lado, pequenos e médios proprietários, não proprietários (ocupantes, arrendatários e parceiros) e categorias específicas como os povos e comunidades tradicionais e grupos indígenas. De outro lado, grupos latifundiários, grileiros, grandes posseiros e grandes empresas, sedentas pelo controle do acesso à terra “livres” indispensáveis à expansão dos monocultivos. Com o

boom das commodities de grãos e carnes que cresceram exponencialmente e sem um planejamento e acompanhamento adequado pelo Estado, como foi a regra das últimas décadas, as consequências foram nefastas, irrecuperáveis ao meio ambiente e desarticuladoras a agricultura familiar, não só pela dimensão do território ocupado e controlado, mas também pelo modelo e atores do processo (MESQUITA, 2016, p. 143) .

Além desta introdução e conclusão, a análise se encontra estruturada em cinco partes, *apontamentos sobre as estratégias de inserção da periferia na globalização contemporânea; soja e a fronteira agrícola global na Amazônia²; agricultura em grande escala e degradação ambiental, as expressões do trabalho precário na cadeia produtiva da mineração e políticas neoliberais e insegurança alimentar na América Latina*. Na primeira parte, se realiza uma breve discussão sobre a natureza da globalização atual frente as *estratégias de inserção* adotadas pelas economias periféricas neste processo. Os três tópicos seguintes nos remetem a dinâmicas econômicas e aos conflitos socioambientais decorrentes da presença de empresas globais na Amazônia Legal e seus desdobramentos na reorganização dos territórios e no avanço da fronteira agrícola sobre áreas de povos e comunidades tradicionais, com impactos marcantes na redução da produção de alimentos, degradação ambiental e precarização da força de trabalho. Por último, um olhar apurado se volta a discussão do enfrentamento da erradicação da fome na América Latina e, portanto, também das desigualdades neste cenário neoliberal.

Em síntese, o objetivo do texto é trazer à discussão os debates da chamada *globalização neoliberal* e as *dinâmicas socioeconômica e territorial nas áreas periféricas* do capitalismo ocasionadas pelas *formas de integração*, que privilegiam a financeirização frente aos aspectos produtivos, realizadas por países da América Latina.

2 APONTAMENTO SOBRE A INTEGRAÇÃO DOS PAÍSES PERIFÉRICOS NA GLOBALIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA

A palavra globalização se banalizou de tal forma, graças a questão ideológica que lhe acompanha e promove o termo desde sua criação, acabando por assumir uma relevância que não deveria ter, frente a outras categorias muito mais densas e expressivas de conteúdo (a exemplo de imperialismo), de maneira que se tornou difícil conceitualizá-la adequadamente. Assim, o significado e característica se molda à visão do interlocutor. Neste sentido, quase tudo se explica ou se esconde no termo. Mas segundo diferentes vertentes teóricas, a ideia que prevalece nesta fase atual do capitalismo gira em torno da hegemonia que o capital financeiro teria sobre as demais formas de capital. Ou seja, inverte a equação da dinâmica anterior, pré-1970, quando esta se centrava no capital produtivo, estaria

aqui, a grande diferença: agora tudo nasce e expande sob essa lógica financeira. Essa certa unanimidade não impede que estas vertentes fora do mainstream econômico formulem diferentes formas de explicar e caracterizar essa “nova” fase do capitalismo³ contemporâneo.

Denominações diversas⁴ são criadas como demarcadores, mas o cerne é centrado nas finanças e que tem como a atributo central a financeirização. Gutman (2008), ao se reportar sobre essa questão, afirma que duas dimensões estão na sua essência. A primeira é a mudanças no *modus operandi* das finanças nas últimas duas décadas e a segunda diz respeito à reconstrução que a globalização financeira faz da economia mundial transformando-a em algo maior do que apenas a soma de suas partes (GUTMAN, 2008).

Para Carneiro, nesta linha de raciocínio, a perspectiva de análise é de que a globalização contemporânea é resultante da interação de dois movimentos básicos: no plano doméstico da progressiva liberalização financeira e no plano internacional da crescente mobilidade dos capitais, quer dizer, a globalização produtiva é um fenômeno subordinado e seus limites são ditados pela dominância da acumulação financeira, dando origem portanto a um tipo de capitalismo com menor dinamismo e maior instabilidade quando comparado ao sistema vigente no pós-guerra. Segundo essa lógica, a crise se inicia pela órbita financeira e depois se desloca a produtiva, portanto, o inverso do período anterior. A razão estaria na mobilidade dos capitais que passa a prevalecer e que pode ser visto na expansão dos fluxos cambiais e da entrada de capital externo nas economias periféricas (IDE). Mas “as principais características da economia internacional que vão constituir a essência da globalização são: a centralidade do dólar; o regime de taxas de câmbio flutuantes; a livre mobilidade de capitais” (CARNEIRO, 1999, p. 57-65).

Essas e outras características da globalização também são endossadas por outros autores. Arrighi (1999), ao analisar a globalização, ressalta que o crescimento explosivo do mercado de câmbio é essencial na sua compreensão (é o único mercado global autêntico), sem o qual não daria para se falar sobre um novo rumo do processo de reconstrução do mercado mundial sob a hegemonia dos Estados Unidos no pós Grande Guerra. Para Hobsbawm, a globalização financeira sai na frente, aumenta a instabilidade econômica e reduz a capacidade dos Estados Nacionais em influir nas suas atividades econômicas e sociais e na (re)configuração produtiva de seus territórios, debilitando-os desigualmente, portanto, na sua capacidade de realizar política econômica e políticas públicas. No plano da globalização produtiva, esse processo de homogeneização dos mercados, ainda se encontra na infância, apesar do crescimento das transações comerciais. (HOBBSAWM, 2007). Por sua vez, Carneiro (1999) (para explicar as estratégias de integração a globalização realizadas pelos diferentes países da periferia da Asiática e Latina Americana e resultados decorrentes deste processo no cenário de supremacia do capital financeiro, vis-à-vis ao capital produtivo, e outras narrativas, relacionadas ao

papel do Estado Nacional e das empresas globais, etc.) toma por referência os marcos analíticos das Escolas da Regulação e de Campinas, como as obras de Aglietta (1995), Chesnais (1999), Coutinho & Belluzzo (1998), Belluzzo (1997) e Braga (1997), dentre outras. A ideia do autor é utilizar esse arsenal analítico que rompe com o Mainstream para capturar os resultados obtidos neste processo de integração⁵ a globalização financeira realizada nas últimas três décadas pelas regiões periféricas.

Autores do *mainstream* citado por Carneiro, como Dooley, Folkert-Landau e Garber (2003a; 2003b; 2004), sugerem a existência de duas formas de inserção principais destas regiões periféricas : a *trade account*, adotada pelos países da Ásia em desenvolvimento e se caracterizaria em privilegiar a articulação via fluxos de comércio e de IDE, este último, com grande concentração em *greenfield*; a segunda forma é a *capital account*, que prevaleceria a integração por meio dos fluxos de capitais e de IDE, esse de natureza patrimonial. No entanto, pondera Carneiro, neste contexto da globalização, essa análise do mainstream não dá conta, e a forma de inserção mais adequada para captar as especificidades desta nova lógica financeirizada, segundo ele, é a observação dos dois perfis (financeirizado ou produtivista) que a inserção assume na economia. No primeiro perfil, a integração é comandada pela dimensão financeira da globalização, no outro, a integração é dada pela dimensão produtiva (CARNEIRO, 2007, várias páginas).

Quando se confronta o padrão de inserção e tipo de atividade escolhidas que deram uma resposta mais adequada ao desenvolvimento econômico para cada região — como as estatísticas de crescimento econômicos e renda per capita, perfil das exportações, situação do balanço de pagamento, entrada de investimento estrangeiro (IDE), e outros —, os resultados positivos se direcionam para os países Asiáticos que adotaram uma estratégia de diversificação, em contraposição aos latino-americanos que optaram por retomar o desenvolvimento com base nas vantagens comparativas estáticas, abandonando as estratégias de industrialização (CARNEIRO, 2007, várias páginas).

A partir da análise de alguns parâmetros, como relação crescimento econômico e industrialização, crescimento e exportação de manufaturas, mostra que é possível observar resultados diferenciados decorrentes das escolhas realizadas por estes países periféricos durante o período (1980/2010). Por exemplo, as taxas de crescimentos da Ásia são superiores às da América Latina, mesmo durante a *década de ouro das commodities* (2003/2013).

De acordo com Carneiro (2012; 2007), a razão desta superioridade (asiática) que possibilitou a ampliação do peso da indústria no PIB e o adensamento das cadeias produtivas e de diversificação de exportações, aproximando assim as suas estruturas produtivas daquelas dos países desenvolvidos, foi a estratégia de *integração produtivista* da Ásia. No caso Latino, ao optar, por uma *integração passiva (financeira)* isso lhe conduziu, a uma (re)especialização da sua estrutura produtiva (com ênfase nas commodities) e, uma perda relativa de sua indústria manufatureira

(desindustrialização), tudo facilitado por um câmbio valorado e não competitivo. Fato semelhante também se constata quando se relaciona o crescimento e exportação de manufatura com a participação das exportações de manufaturas nas duas regiões, se nota que há mais diversificação e intensidade, entre os países (Ásia) que adotaram uma estratégia de diversificação de manufaturas, do que naqueles da América Latina. (CARNEIRO, 2012; 2007, várias páginas),

Em resumo, durante a etapa da globalização, países subdesenvolvidos que optaram por uma estratégia de diversificação econômica lograram um crescimento mais rápido e um processo de convergência mais expressivo do que aqueles que permaneceram especializados. Essa constatação se manteve mesmo para os períodos mais recentes marcados pelo choque positivo de preços de commodities (CARNEIRO 2012, p.44).

A conclusão que se chega a partir desta correlação de desempenho de duas regiões com tipo de inserção diferente na globalização é aquela sugerida pela literatura econômica (autores clássicos da teoria do desenvolvimento econômico, onde a industrialização e a intervenção estatal têm papel marcante), segundo a qual o desenvolvimento econômico passa necessariamente por adensamento e complexificação de cadeias produtivas voltadas a industrialização, ênfase na exportação de produtos de maior complexidade tecnológica e uma política cambial competitiva que favoreça as exportações e também proteja a produção interna da concorrência desleal. Quase todas essas recomendações estiveram presentes na maioria nos países sob a órbita da China. Estes países, ao manterem e/ou reforçarem a presença de um Estado forte, conseguiram separar da globalização neoliberal apenas aspectos que lhes convinham na condução desta estratégia de integração a globalização, centrados no aspecto produtivo e diversificado. Aquele países, os latinos americanos, que aderiram sem ressalva ao *fundamentalismo de mercado*, que optaram por uma *inserção financeira associada à produção de commodities*, pagaram um preço alto e quase foram esgarçados pela concorrência desigual dos desenvolvidos e também dos asiáticos que tinham na exportação de manufatura um dos pilares de sustentação o seu sucesso.

De acordo com Rodrik (2008), se você deseja defender hoje a globalização financeira com base em evidências, é forçado a recorrer a argumentos bastante indiretos, especulativos e, a nosso ver, em última instância, pouco persuasivos. Isso porque os benefícios da globalização financeira são difíceis de encontrar. A explicação estaria em dois aspectos, não gerou aumento do investimento ou maior crescimento nos mercados emergentes e, segundo, porque os países que mais cresceram foram aqueles que menos dependeram das entradas de capital.

O fascínio neste período neoliberal pela *entrada de capital*, sobretudo voltado a especulação, privatização e fusões junto com a *década de ouro das commodities* (2003/2013), parece ter entorpecido quase todos os Governos Latinos. Seja conservadores/liberais e/ou

progressistas/nacionalistas, é perceptível que há um *consenso entre eles*: todos adotaram as mesmas políticas e colheram os mesmos resultados pífios de crescimento econômico. Eles poderiam ser responsabilizados, de um lado, pela a *comoditização de suas economias* e pelo recuo de setores de manufaturas provocando uma desindustrialização, construída a duras penas no período desenvolvimentista e, por outro lado, pelo agravamento de outros problemas (*ambiental e social*) originários desta opção equivocada de integração a globalização e de uma ação governamental voltada a assegurar o controle da inflação, a rolagem da dívida pública e o aumento de reserva internacional, a custo de baixas taxas de investimento na área produtiva que responde pelo emprego e renda, e portanto, pelo desenvolvimento econômico.

As diferentes vertentes ideológicas de governos locais, sem exceção, optaram pela agiotagem e/ou se esconderam no falso argumento de que neste cenário neoliberal o Estado Nacional não tem muito o que fazer, frente a ciranda financeira e a chantagem das empresas globais. O exemplo da China e outros países de renda média que se destacaram neste período de financeirização do capital desmente este argumento falacioso. Os governos que prosperaram não se espelharam na ortodoxia do C.W. e nem abriram mão de fazer política econômica (fiscal/monetária e cambial) que protegesse os interesses nacionais. O papel do Estado continua importante, mesmo nos países ditos liberais, e não poderia ser diferente na periferia, como a Ásia demonstrou. Os *governos que não exerceram esse papel e/ou terceirizaram suas funções com o capital, perderam o trem do crescimento e da inclusão social ou o fizeram marginalmente*. Como diz a nossa mestre M.C. Tavares, o Estado sempre conta e foi relevante na industrialização e na acumulação capitalista, e o mercado, como alerta Stiglitz (2013), não costuma funcionar bem, só eventualmente é eficiente e estável, já que as forças de mercado geram desequilíbrios e concentração de riqueza, e portanto, aumento as desigualdades.

3 SOJA E A FRONTEIRA AGRÍCOLA GLOBAL NA AMAZÔNIA

Desde a década de 1960, Amazônia brasileira vem se transformando em uma fronteira agrícola, caracterizada pela exploração intensiva da natureza no âmbito da dinâmica societária do capital, traduzida no mercado de terras, agropecuária, mineração, madeira e hidroelétrica (BECKER, 2007). Esses processos, em geral conduzidos pelo Governo Federal e suas agências setoriais, constituíram, na região, uma malha de poder econômico-territorial que modificou os significados da região no território nacional.

De uma imagem de região isolada e pouco dinâmica, a chamada modernização da Amazônia se manifestou na expansão das redes urbana, elétrica e comunicação, na migração inter-regional, na ampliação e diversificação da malha de transportes rodoviário e hidroviário, e no

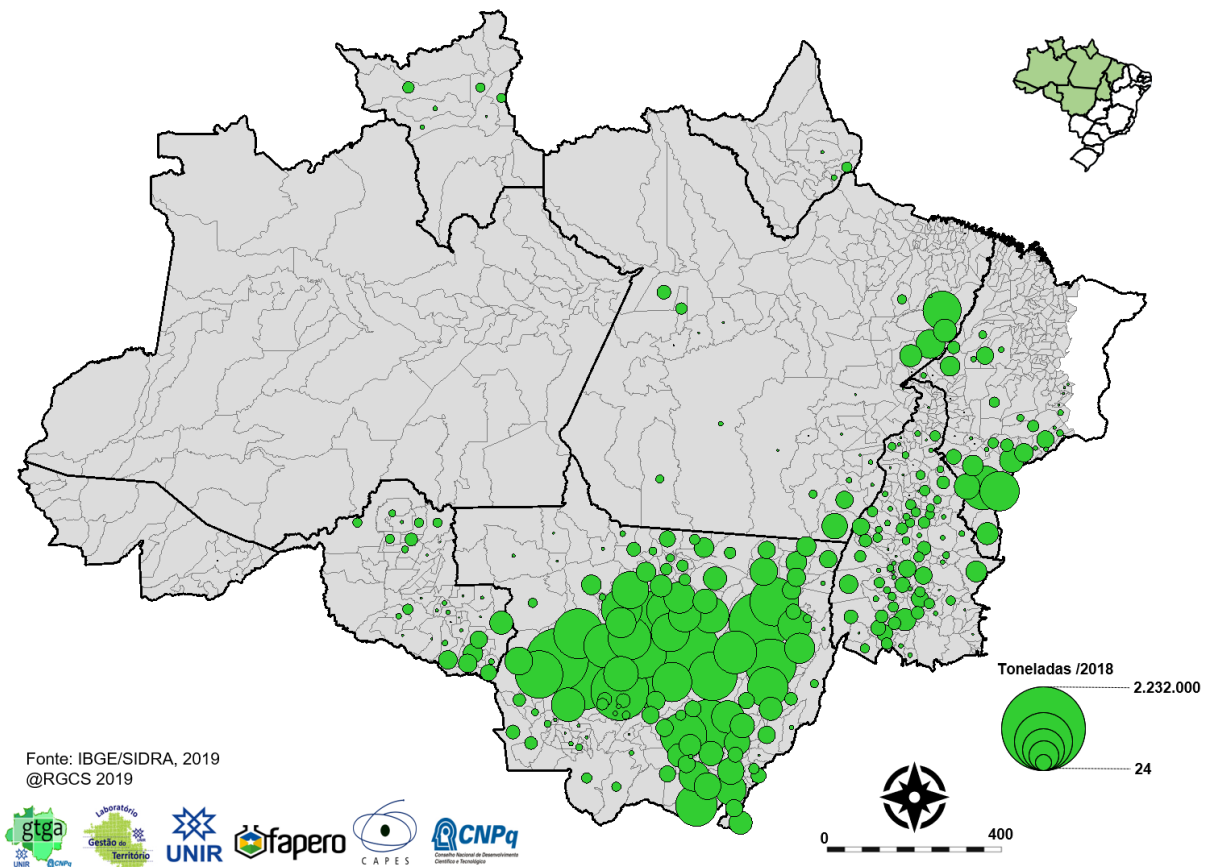
crescimento da estrutura fundiária para alicerçar a expansão da agropecuária. Contudo, nesse período, as dinâmicas agrárias e territoriais ainda estavam mais circunscritas à escala regional e nacional, sobretudo em funções dos processos socioeconômicos em estágio de territorializações.

No campo, as principais mercadorias eram as lavouras da pequena propriedade e a pecuária, somadas a extração madeireira. A mineração, muito forte no estado do Pará, comparecia, ainda, como uma economia de enclave, não alcançando um estágio de espacialização que tivesse o potencial de transformações socioespaciais amplas. Os chamados grandes projetos de infraestrutura mobilizaram a migração intra e inter-regional, convergindo à relação campo-cidade, fazendo mover as frentes de expansão agrícola em várias sub-regiões amazônicas.

Neste longo período, o termo *commodities* não figurava na comunicação regional como palavra-chave explicativa de um processo espacial que pudesse reconfigurar a Amazônia em múltiplas escalas geográficas. A produção de soja, muito forte já nas décadas de 1980/1990 no estado do Mato Grosso, vai ampliar sua escala regional a partir da construção de infraestruturas que sinalizou aos produtores e as grandes *tradings* do agronegócio da soja que a Amazônia se “abria” como a nova fronteira global da soja, dado as condições estruturais favoráveis: terra e logística, com apoio do Estado (COSTA SILVA; CONCEIÇÃO, 2017). Neste caso, o funcionamento da Hidrovia Madeira-Amazonas (em 1997), com os portos da Hermasa/Amaggi em Porto Velho (Rondônia), Itacoatiara (Amazonas), e os portos da Cargill em Porto Velho e Santarém (Pará), este em 2002, permitiram que um dos “gargalos” da geografia da soja pudesse ser parcialmente superado, ou seja, garantir o fluxo da mercadoria com menor custo de transporte.

A hidrovia do Madeira e os portos de Porto Velho, Itacoatiara e Santarém constituíram os sistemas de objetos que definitivamente modificaram a composição orgânica do espaço regional, para servir como novo eixo de fluxos de *commodities* global do oeste e norte do Mato Grosso (MT) e Rondônia. Os impactos regionais foram imediatos, os quais podem ser medidos na área plantada e no volume de produção regional. Em 1990, a produção de soja na Amazônia foi de 2.757.289 toneladas (ton.), com área plantada de 1.602.975 hectares (ha), em 2000 esses dados representavam 9.412.879ton. e 3.157.957ha, crescendo para 39.487.127ton. e 12.084.360ha em 2018 (IBGE, 2019).

Mapa 1 - Produção de soja na Amazônia (ton./2018)



No período de 28 anos, a produção de soja se multiplicou por 14 vezes, enquanto a área foi de 8 vezes, e a produtividade saltou de 1,7 para 3,3 toneladas/hectares. A partir do Mato Grosso, os municípios atingidos pelo mundo da soja foram 84 para o ano de 1990, alcançando 120 em 2000, e 315 em 2018, o que significa que a Amazônia foi permeada pela produção de soja, tornando-se a principal *commodity* da região (Mapa 1).

A partir da expansão da soja, alguns efeitos territoriais podem ser indicados na Amazônia, os quais destacamos a ampliação dos conflitos agrários, as invasões das Áreas Protegidas, especialmente as Terras Indígenas, a pressão nos assentamentos rurais e no aumento do preço da terra. As Áreas Protegidas, formadas por Terras Indígenas, Áreas Quilombolas e Unidades de Conservação tornaram-se objeto de ação política do agronegócio no Congresso Nacional, no sentido de propor revisão da política nacional de ordenamento territorial de Áreas Protegidas (MELLO-THÉRY, 2011), a fim de reduzir e extinguir várias Unidades de Conservação e abertura das Terras Indígenas para a exploração mineral, agropecuária, hidrelétricas e extração madeireira.

A política do agronegócio para a Amazônia é transformar a floresta e o bioma em espaço da agropecuária, em pastagens e campos de soja. Nesse sentido, a estratégia é atuar no Congresso

Nacional para pressionar, no campo político, a revisão jurídica das Áreas protegidas e, na prática espacial, incentivar invasões dessas áreas para o crescimento espacial do agronegócio da soja na Amazônia (RIBEIRO *et al.*, 2018). Ressalta-se, nesse processo político, a agrobandidagem que atua com violência contra os povos amazônicos e seus territórios tradicionais, como atualmente ocorre em todo a Amazônia. Em todo esse processo, se verifica a transformação da Amazônia em fronteira global do agronegócio, realizando-se na base da violência, no ataque aos direitos humanos e na prática da agrobandidagem.

4 AGRICULTURA EM GRANDE ESCALA E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

Nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial, paralelamente ao estímulo a maior produção agrícola em função do aumento da demanda por alimentos e por certas matérias-primas, verificaram-se importantes interesses capitalistas pelo lado da oferta. Além da indústria química, que passou a ocupar a centralidade da cadeia produtiva, identificam-se interesses de empresas produtoras de máquinas agrícolas, bancos e grupos vinculados ao desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação. Esses grupos, por sua vez, consolidaram estruturas oligopolizadas e passaram a influenciar cada vez mais governos em diversos países, principalmente na dita periferia.

Dentre as expressões do poder dos grandes grupos vinculados de forma direta ou indireta à produção agrícola em grande escala, destaca-se a estrutura voltada para a produção de soja. No centro dessa estrutura, controlando mais de 70% do mercado mundial, destacam-se os grupos Bayer (Alemanha), Syngenta (Suíça), BASF (Alemanha), Dow AgroSciences (E.U.A.), Monsanto (E.U.A) e DuPont (E.U.A.). Por lado, como demonstram Lessa (2018) e Pinheiro (2019), esses grupos possuem profundas ligações entre eles mesmos, com grupos menores e com o ramo da produção de sementes transgênicas, no qual o grupo Monsanto tem amplo domínio.

No Brasil, conforme destacado por Lessa (2018), o poder desses grupos tem se expressado por meio de mudanças institucionais para proteger suas propriedades físicas e suas patentes. Para essa finalidade, “as estratégias das empresas, além da judicialização, têm sido exercer, mediante lobby, influência sobre parlamentares e gestores como forma de pressionar as políticas de Estado” (CARNEIRO, 2015, p. 109). Como consequência, registram-se incentivos nos âmbitos federal e de alguns estados em termos de redução de alíquotas no Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), na autorização pelo governo de padrões produtivos proibidos em diversos países e em projetos de leis que pretendem flexibilizar ainda mais o uso de agrotóxicos⁶.

Outra expressão do poder dos grandes grupos transnacionais no Brasil é o nível de crescimento das vendas de fertilizantes e defensivos agrícolas. De 2000 a 2014, por exemplo, as

vendas de defensivos agrícolas (inseticidas, herbicidas, fungicidas) aumentaram 490%. Enquanto isso, as vendas de fertilizantes cresceram 208% do ano 2000 a 2016 (MAPA, 2017). Essas vendas têm sido destinadas principalmente a monoculturas, com destaque para as produções de soja e eucalipto.

Como desdobramento do salto na demanda por soja em âmbito mundial, que mais que duplicou desde o início deste século até 2017, verificou-se uma substancial expansão da área destinada ao plantio dessa cultura nas áreas de cerrado e em parte da Amazônia no Brasil. Nesse contexto, o município de Balsas, no estado do Maranhão, tornou-se um dos ícones desse processo.

Ao mesmo tempo, paralelamente à incorporação de mais terras para produção de soja em Balsas, verificou-se um progressivo aumento no uso de defensivos agrícolas e fertilizantes no Maranhão. De acordo com dados do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA, 2017), no ano 2000, o estado importou 928 toneladas de produtos com agrotóxicos. Em 2016, a importação foi de 10.665 toneladas. Isso significou também que o Maranhão aumentou sua participação nesse mercado nacional no período de 0,57% para 1,98%.

Além do comércio formal de agrotóxico, há indícios de que um volume significativo desses produtos circule informalmente e tenha uso indevido, como foi constatado em operações da Agência de Defesa Agropecuária do Maranhão (AGED). Por outro lado, como provável consequência do uso de agrotóxicos no cultivo de soja, registram-se indícios de contaminação de solos e rios no município de Balsas.

Enquanto isso, em municípios da Mesorregião Oeste do estado do Maranhão a produção em larga escala é principalmente de eucalipto, para abastecer empresas produtoras de ferro gusa no município de Açailândia e a empresa Suzano Papel e Celulose, no município de Imperatriz. Todavia, assim como na região produtora de soja, no velho oeste maranhense a expansão dessa cultura está acompanhada por desmatamentos e poluição.

Próximo a Açailândia, no Lago Marcelinho, no assentamento Asa Branca, no município de São Pedro da Água Branca, por exemplo, identificou-se um riacho usado para pesca e lazer dos moradores da região que fica localizado a menos de 500 metros (em uma parte mais baixa) de uma imensa plantação de eucalipto para abastecimento da Suzano. De acordo com depoimentos dos moradores, além dos mesmos estarem sofrendo restrições para que se movimentem por áreas que antes usavam para caçar e pescar, perceberam uma redução na quantidade de espécies de peixes, e têm indícios de que essa situação pode estar associada ao uso de agrotóxicos nas plantações de eucalipto.

De acordo com uma profissional consultada pela pesquisa, embora as amostras de água e terra retiradas do local não tenham permitido um laudo conclusivo, há indícios de contaminação do lago por glifosato, que é o princípio ativo do herbicida Roundup. Sobre esse produto, há divergências na

literatura científica quanto a seus efeitos, mas em alguns países ele é proibido e a Monsanto, sua empresa produtora, está sendo processada por problemas ambientais associados ao seu uso.

5 AS EXPRESSÕES DO TRABALHO PRECÁRIO NA CADEIA PRODUTIVA DA MINERAÇÃO: articulação entre o local, o regional e o global

Na atual divisão internacional do trabalho, grandes empresas com suas unidades produtivas implantadas em espaços econômicos periféricos se conectam aos esquemas globalizados da economia de escala. A articulação funcional é o do uso do território, espaço com áreas definidas onde são desenvolvidas diversas atividades industriais interligadas: extração de minério, plantio de eucalipto e carvão vegetal para a produção de ferro gusa. O Maranhão apresenta um importante aspecto desse processo concreto de desenvolvimento capitalista dependente, indissociável da exploração de minério de ferro e de outras atividades primárias que se vinculam estreitamente à construção de ferrovias refinarias, hidroelétricas, estradas, portos modernos e os outros dispositivos indispensáveis à expansão do grande capital.

As novas formas de acumulação no espaço regional resultam da intensa imbricação entre mineração e trabalho precário levado a cabo pelo projeto Ferro Carajás (VALE). Conforme analisa Castro (2012), as estratégias governamentais e empresariais voltadas para a Amazônia revelam o aumento do interesse pela exploração de recursos naturais da região para além de suas fronteiras políticas. Por outro lado, os Estados nacionais vizinhos na região amazônica também se movimentam economicamente na expansão da fronteira, que é concebida como um espaço estratégico e um campo aberto à produção de *commodities* com a vantagem competitiva de facilidade de escoamento para o mercado mundial.

Essa dinâmica reconfigura o mercado de trabalho regional a partir da geração de emprego nas empresas de produção de ferro-gusa e em indústrias auxiliares (manutenção dos altos-fornos, fabricação de carrocerias para transporte de carvão vegetal, etc.) e criação de postos de trabalho na atividade de carvoejamento com atividades amplamente precarizadas, normalmente, preenchidas por grupos de trabalhadores vulneráveis.

O mercado de *commodities minerais e agrícolas* no Brasil foi amplamente financeirizado nas duas últimas décadas. Em Açailândia, a maior presença desse grupo de trabalhadores, segundo dados oficiais do Ministério do Trabalho e Emprego, se deve à formalização do trabalho nas atividades de reflorestamento com monocultura de eucalipto e carvoejamento para a produção de ferro-gusa, que, por sua vez, estão diretamente associadas ao trabalho escravo e ao crescimento da cadeia de fornecimento do carvão vegetal. Existe, portanto, uma demanda que

realimenta a subcontratação e a precarização do trabalho, o que termina por consolidar um grande número empresas siderúrgicas. Como terceiro maior Produto Interno Bruto⁷ da região, Açailândia fica atrás apenas da capital São Luís e de Imperatriz.

No bairro Pequiá, com cinco indústrias de ferro gusa: a Viena Siderúrgica S/A, Siderúrgica do Maranhão S/A (SIMASA), Cia. Siderúrgica Vale do Pindaré, Ferro Gusa do Maranhão Ltda (FERGUMAR), e Gusa Nordeste S/A, todas elas processam o minério de ferro bruto depois transformados o em ferro gusa — matéria-prima para a produção do aço. A indústria de ferro gusa nacional, uma das mais lucrativas do país agrega todo o minério extraído nas minas de Carajás (explorado pela Vale). Isto é, o minério que passa por Açailândia através da Estrada de Ferro Carajás até o porto de Itaqui, em São Luís, se destina a suprir a crescente demanda mundial. Com extrações recordes de toneladas de minério ao ano, o trem de Carajás é o maior trem de cargas do mundo com 330 vagões (com previsão de ampliar mais 70 vagões) e quatro quilômetros de comprimento e o destino é o mercado externo.

Na outra ponta dessa cadeia produtiva, o trabalho precário nessas empresas e nas suas terceirizadas é um fenômeno crescente e impressionam, não só pelos números, mas pelas diversas formas de precarização da força de trabalho. No que se refere à Vale, o processo de reestruturação produtiva precedeu à privatização da empresa (1998), inclusive todo o seu Sistema Norte já nasceu sob as bases do “modelo japonês”. A atual expansão da Vale (pós privatização) em praticamente nada se assemelha às primeiras minas. A partir dos anos 1990, um processo de reestruturação produtiva abrangeu toda a empresa, em especial, o Sistema Sul da CVRD formada pelas atividades mais antigas no Estado de Minas Gerais (ALMEIDA, 2012).

Nesta reestruturação, após o Plano Collor I (1990), desenvolveu-se um amplo processo de enxugamento do quadro de funcionário por meio de demissões (involuntárias e ou planos de demissão voluntária). Isso propiciou o aumento da terceirização de várias atividades antes desenvolvidas diretamente.

Em 2002, o quadro de trabalhadores da, agora, Vale foi reduzido para 33% do que era quando se iniciou a reestruturação produtiva. Com a privatização da estatal em 1997, esse processo se ampliou e a ideologia relacionada à antiga estatal (CVRD) foi totalmente abandonada em prol das novas formas de engajamento dos trabalhadores, principalmente, através de outras técnicas de gestão do trabalho, como prêmios, recompensas e pequena participação nos lucros. A contratação de força de trabalho responsável pelo cultivo das plantações de eucalipto e a produção de carvão para as siderúrgicas segue a mesma lógica da precarização com os subcontratos, e por vezes nem isso, pois se tornou banal o Ministério do Trabalho e a Polícia Federal resgatarem trabalhadores escravos nas diversas carvoarias, com registro flagrante de trabalho escravo.

Sobre a produção de carvão vegetal, seis em cada dez quilos vêm da destruição de florestas nativas e, geralmente, sua produção acontece com mão-de-obra semiescrava ou degradante em fazendas de produção de eucalipto no sudoeste do estado. Inclusive diversas fazendas que antes desenvolviam a pecuária, agora estão arrendadas para o plantio do eucalipto⁸.

Cabe ressaltar que esta região já foi grande produtora de alimentos (agricultura familiar), mas atualmente sofre com os impactos das atividades de mineração. O trabalho precário pode ser observado tanto na manutenção da ferrovia, como na fabricação do carvão pelas carvoarias, alimentadas por vastos cultivos da monocultura de eucalipto. A maior parte do contingente de trabalhadores que abastece essa cadeia é de pequenos agricultores e assentados de reforma agrária, que atualmente são os maiores fornecedores de mão-de-obra barata, principalmente com o surgimento de um grande contingente de trabalhadores dedicados à produção de carvão vegetal. Trata-se de uma massa crescente de trabalhadores com direitos expropriados. Segundo Fontes, além de ausência de direitos (desemprego) e de jornadas ilimitadas, ocorre uma centralização direta do capital imperialista sobre os trabalhadores, isso acoplado à extrema descentralização do processo de trabalho.

O novo modelo pós-fordista baseado em diferentes formas de flexibilização, verificável em escala global, acelera a recriação de novas formas de precarização do trabalho, fazendo avançar a redução de custos relacionados ao capital variável — força humana de trabalho. No caso da mineração, as grandes corporações acionam o discurso do desenvolvimento sustentável. A chamada mineração sustentável reúne, atualmente, um conglomerado de mineradoras (as maiores do planeta), envolvendo interlocutores situados nas agências reguladoras, órgãos de governo e de fiscalização (secretarias e institutos de meio ambiente, ministérios, Ministério Público), organismos internacionais, cúpulas ambientais, audiências públicas e instituições financeiras, configurando um verdadeiro “Estado ampliado”, no sentido gramsciano.

Acompanhando o deslocamento de parcela considerável da atividade produtiva para áreas localizadas na periferia do sistema, presenciou-se, particularmente nos países de capitalismo avançado, a redução do proletariado industrial. No Sul global, houve impulso substancial de contingente de trabalhadores e trabalhadoras abrigados nos setores de serviços, além da ampliação de uma força de trabalho sub-remunerada. A resposta do capital, para Mészáros, à sua crise estrutural se baseou na internacionalização da economia, e na articulação de estratégias para a extração de mais-valia absoluta e relativa. Esse processo foi intensificado com a crise de 2008, em meio às novas manifestações da crise estrutural do capital. No dizer de Boa Ventura Sousa Santos se consolida globalmente um regime de acumulação capitalista com base na financeirização do capital, na concentração da riqueza, na exploração intensiva de recursos naturais e na eliminação de direitos sociais.

6 POLÍTICAS NEOLIBERAIS E INSEGURANÇA ALIMENTAR NA AMÉRICA LATINA: um olhar sobre o Objetivo 2 dos ODS

As duas primeiras décadas do século XXI têm contribuído para evidenciar, cada vez mais, as contradições do capitalismo. A permanência de situações de fome crônica e de condições de extrema pobreza entre grande parte da população mundial continua sendo um desafio que se coloca de forma urgente e imperativa para a agenda de debates e de ações efetivas de cada membro da espécie humana. No atual cenário do século XXI, a globalização e a predominância do livre comércio ampliam-se em contraste com uma profunda desigualdade de acesso à riqueza, o que, para muitos indivíduos, significa o comprometimento da própria sobrevivência, uma situação inaceitável, sobretudo se considerarmos que, a partir da segunda metade do século XX, os avanços científicos incorporados à agricultura elevaram a produtividade do setor, de modo a tornar possível o atendimento das necessidades alimentares da população mundial nos dias atuais.

De acordo com a ONU (UNITED NATIONS, 2017), a atual população mundial é de 7,550 bilhões de pessoas, assim distribuídos: 4,504 (59,66%) na Ásia; 1,256 bilhão (16,64%) na África; 1,006 bilhão (13,33%) nas Américas; 742 milhões (9,83%), na Europa e 40 milhões (0,54%) na Oceania. As taxas de crescimento têm sido relativamente discretas nas recentes décadas: 1,46% na última década do século XX e 1,21% na primeira década do presente século.

Por outro lado, dados da FAO (2016) indicam que a produção de alimentos *per capita* vem crescendo de forma positiva e constante, especialmente em países não-desenvolvidos, que abrangem África, Ásia e América Latina. Com base no período de 2004-2006, o índice de produção líquida de cereais *per capita*, relativo ao ano de 2013, foi de 111,93, em âmbito mundial. Nos diversos continentes, esse índice atingiu os seguintes patamares: Ásia, 118,18; Américas, 111,49; África, 105,92; Europa, 105,49 e Oceania, 102,11. Pondo em destaque a produção *per capita* dos cereais no atual século (2000-2013), a FAO (2016) apresenta as seguintes taxas de crescimento: a média do mundo foi 2.235%; na África foi 3.319%; na Ásia 2.574%; nas Américas foi 2.288% e na Europa foi 1.035%.

Embora exista disponibilidade de alimentos no mundo, sabe-se que não são as necessidades sociais que prevalecem nas decisões de produção e sim os interesses do capital, que condicionam tanto o volume quanto a distribuição da produção. Assim, as taxas de crescimento, ainda que representem maior volume produzido, não resultam em garantia do acesso regular e permanente, que é um requisito da segurança alimentar. De meados do século XX aos dias atuais, ocorreram várias crises alimentares, atingindo milhões de pessoas no mundo, a exemplo da Índia, Japão, Argélia, África do Sul, China, Chade, Mali, Mauritânia, Nigéria, Senegal, Moçambique, Zaire (atual República

Democrática do Congo), Etiópia, Somália e Sudão. É nesse cenário que se afirmam concepções de que a fome e a miséria são inaceitáveis para a existência do ser humano, e que têm ensejado compromissos de combate à fome. O mais abrangente desses compromissos traduz-se na Agenda 2030, das Nações Unidas. Nesse documento, 193 países estabeleceram e se comprometem a trabalhar pela consecução de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, dos quais o Objetivo 2 é “acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável” (ONU, 2015, p. 15).

Porém, as indicações da situação recente (2017) não são promissoras, ainda que tenha havido importantes progressos. “Os novos dados seguem indicando um aumento da fome mundial nos últimos anos, depois de um período de diminuição prolongado. Estima-se que 821 milhões de pessoas estão subalimentadas” (FAO, FIDA, UNICEF, PMA, OMS, 2018, p. 2). O maior contingente encontra-se na Ásia, onde 515 milhões de pessoas estão subalimentadas, porém, esse número corresponde a 11,4% da população, bem abaixo dos 17,3% de 2005. Na África são 256,5 milhões, cerca de 20% da população, um pouco abaixo dos 21,2% em 2005. Na Oceania, são 2,8 milhões de pessoas, tendo havido aumento acentuado em relação a 2005, passando de 5,5% para 7% da população. Agrupadas em uma região, a América Setentrional e a Europa possuem 27,6 milhões de pessoas subalimentadas, que representam menos de 2,5% do contingente populacional, porém os números absolutos têm crescido desde 2005, quando eram 26,4 milhões.

Por sua vez, a região da América Latina e Caribe tem 6,1% da população em condição de subalimentação, o que representa 39,3 milhões de pessoas. Apesar de expressivo, esse número é bastante inferior aos 51,1 milhões constatados em 2005, que correspondiam a 9,1% população. No conjunto da região, a queda foi progressiva. Antes do estabelecimento dos ODS, foi nessa região onde se verificaram os mais significativos avanços, reduzindo-se em 46% a população atingida pela fome. Como um todo, foi a única região que naquele momento atingiu a meta 1 dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (reduzir a extrema pobreza e a fome) e estava por atingir a meta da Cúpula Mundial da Alimentação, de reduzir pela metade o número de pessoas que passam fome (FAO, 2014).

No entanto, nos dois últimos anos do intervalo considerado (2005-2017), houve uma interrupção na trajetória de queda, com aumento do número de subalimentados em uma área específica da região: a América do Sul. No Caribe, os progressos seguiram bastante significativos ao longo do período: de 23,3% em 2005, reduziu-se para 19,8% em 2010, para 19,3% em 2012, depois caiu para 18,5% em 2014 e prosseguiu reduzindo-se para 17,1% e 16,5%, respectivamente em 2016 e 2017. A América Central apresentou taxas discretas, porém uma trajetória constante de redução do percentual de subalimentados em sua população. Em 2005, esse contingente representava 8,4%,

descendo para 7,2% em 2010 e 2012 e voltando a cair para 6,8% em 2014, 6,3% em 2016 e atingindo 6,2% em 2017. A América do Sul, embora tenha apresentado as proporções mais baixas, seguiu uma trajetória exitosa somente até os anos de 2012 e 2014, quando atingiu 4,7%. Entre os dois primeiros anos considerados, o resultado foi bastante expressivo, partindo de 7,9% em 2005 e atingindo 5,3% em 2010, com uma queda de 2,6 pontos percentuais ou um terço do valor inicial. Em 2016, esse percentual passou a aumentar, chegando a 4,9% e continuou subindo para atingir 5% em 2017, números que correspondem a 20,7 milhões e 21,4 milhões de pessoas, respectivamente (FAO, OPS, WFP, UNICEF, 2018).

A América Latina e Caribe, como um todo, vem indicando boas possibilidades de que a Objetivo 2 dos ODS seja cumprido até o ano de 2030. No entanto, a situação dos países da América do Sul merece atenção especial. Devemos considerar que grande parte dos avanços se deve à representatividade do Brasil no contexto da região, sobretudo em termos do tamanho da população e das políticas públicas de combate à fome que foram implementadas entre 2003 e 2014. Além disso, alguns países da região contavam com governos progressistas, que se empenharam, por exemplo, em reduzir desigualdades sociais, erradicar o analfabetismo e combater a fome, mesmo antes de assumirem compromisso internacionais como os que estão expressos na agenda 2030, da ONU.

Atualmente, a FAO destaca que “os indícios do aumento da fome e da insegurança alimentar nos advertem de que é muito o que resta por fazer para assegurarmos de ‘não deixar ninguém pra trás’ no caminho para a consecução de um mundo com fome zero” (FAO, FIDA, UNICEF, PMA, OMS, 2018, p. 2). Contudo, não nos parece que a questão seja apenas de maior ou menor esforço de quem se compromete com a redução da miséria e da fome. A interrupção da trajetória de êxitos no combate à fome na América do Sul coincide com a ascensão de forças políticas conservadoras e de extrema-direita na América do Sul. O alinhamento geopolítico dessas forças, ao advogar mais desregulamentação, privatização, desnacionalização etc., sugere um possível retorno a antigas posições da região subserviente aos interesses das grandes corporações e, portanto, de uma inserção subalterna no circuito de acumulação do capital em escala global.

Nesse cenário, o uso das terras agricultáveis, por exemplo, será determinado pelas oscilações do interesse dos países desenvolvidos por determinado tipo de *commodity* agropecuária. As implicações, todavia, serão tão óbvias quanto dramáticas: os países da região como simples fornecedores de matérias-primas para o funcionamento do sistema mundial, enquanto economias dependentes e subalternas, em uma reconfiguração da condição colonial que marcou a trajetória da região. Sob o predomínio de forças reacionárias implementando políticas neoliberais, as condições para avanços em direção à erradicação da fome no mundo ficam seriamente comprometidas, senão, impossibilitadas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo recente de globalização que se estende por três décadas, sob o domínio do capital financeiro, é repleto de contradições e paradoxos que supostamente não deveria aparecer, já que a globalização foi gestada e imposta no sentido de limpar antigos obstáculos, estruturais e conjunturais, que teriam ocasionado nos anos 1970, o quadro de desemprego, estagnação econômica e crise social, por conta da adoção de políticas macroeconômicas keynesianas pós crise de 1929. O front de batalha foi o papel e a dimensão do Estado na economia, desregulamentações financeiras e mercadorias, as salvaguardas políticas e institucionais sob o controle dos Estados Nacionais e instituições internacionais legitimadoras dessa ordem inaugurada no pós-Segunda Grande Guerra, os quais limitavam os fluxos financeiros e comerciais necessários à expansão do capital (MESQUITA, 2020).

No entanto, ao contrário do que geralmente se imagina, essa ofensiva “neoliberal” não chegou a modificar a dimensão do Estado na grande maioria dos países desenvolvidos, nem mesmo interrompeu a tendência de aumento do peso do governo. Como notam Tanzi e Schuknecht, “poucos países acompanharam a sua retórica anti-governo com mudanças efetivas nos seus regimes de política econômica”, mas nos países em desenvolvimento, ao contrário, segundo o Banco Mundial, houve uma reversão desta participação partir da década de 80 (NOGUEIRA JR, 1998, p.156).

No plano social e ambiental, as opções governamentais foram desastrosas para a sociedade onde se localizam. Indicadores sociais, econômicos e ambientais, dessas áreas de ocupação recente, Amazônia tradicional e cerrado nordestino, pela produção capitalista de larga escala mostram que as desvantagens superam as vantagens. Os níveis reduzidos de empregos formais e as altas taxas de desmatamento alcançado nas referidas áreas do agronegócio neste curto espaço de tempo mostram a problemática desses locais sob o domínio dessas atividades que se dedicam à produção de larga escala em regiões onde o nível de agregação de valor ao que é produzido ainda é modesto (MESQUITA, 2018, p. 1093).

Na Amazônia brasileira, o agronegócio globalizado visa destruir essas formas coletivas de uso do território, representando uma negação cultural dessas comunidades. Para isso, desenvolve estratégias no plano político, econômico, territorial e midiático, para justificar e legitimar as ações de destruição dos territórios culturais dos povos amazônicos, buscando se apropriar de áreas protegidas e terras públicas ainda sem destinação, na perspectiva de formar um mercado de terras e de expansão agropecuária. Sob esse entendimento, a Amazônia se transforma numa fronteira global do agronegócio. Significa, pois, não se tratar somente de apropriação de terras, mas de domínios territórios do capital global. Como é improvável neste contexto neoliberal que os grandes grupos

econômicos mudem seus posicionamentos, a não ser a partir de forte pressão por parte de setores prejudicados, não resta outra alternativa a não ser realmente estimular a organização e o enfrentamento do mal pela raiz. Em outros termos, ratificando as análises dos grandes críticos do modo de produção capitalista, concluímos ser necessário que esses grupos deixem de ter o atual nível de autonomia e protagonismo e passem a ter controle social. Portanto, retomando o título deste artigo, há dois caminhos conflitantes: expropriação ou barbárie.

Nota-se, de acordo com Mesquita (2018), que neste cenário de desenvolvimento desigual, decorrente da ação diferenciada espacial e temporalmente do capital, a produção familiar e a capitalista assumem *papel ou função diferenciada*. A parte visível da economia, a *agricultura de exportação*, gera e se apropria do excedente exportável e recebe as benesses do Estado. À *pequena produção, baseada no trabalho familiar e estruturada em policulturas*, lhe resta fornecer mão de obra barata, abastecer o mercado interno e garantir sua a segurança alimentar, dado que as políticas públicas são insuficientes e/ou ausentes para se contrapor a esse segmento capitalista (MESQUITA, 2018, p.1081).

Este é o desafio também se reflete nas organizações da classe trabalhadora contra a precarização da força de trabalho, dado que as políticas de austeridades colocaram um forte ataque aos sindicatos, mas também os colocou diante de grandes desafios, cabe nesse sentido observar a tendência crescente dos trabalhadores precários (nos países do Norte e do Sul). Por fim, outros atores sociolaborais (afastados das normas sindicais) também ganharam protagonismo na luta contra o trabalho precário, grupos e organizações vinculados aos mundos do trabalho que passaram a ter como preocupação central o combate a precariedade. Efetivamente, surgem novos sujeitos sociais (BARBOSA, 2018).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Desni. Os trilhos do desenvolvimento na Amazônia maranhense – conflitos e contrastes: o caso Piquiá de Baixo, Açailândia/MA. Dissertação de mestrado – UEMA. 2012.

CARNEIRO, F. F. (org.). **Dossiê ABRASCO**: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CARNEIRO, R. Globalização e integração periférica. **Texto para Discussão 126** - Instituto de Economia da UNICAMP. Março de 2007.

_____. **Commodities, choques externos e crescimento**: reflexões sobre a América Latina, Santiago, serie macroeconomia Del desarrollo, enero de 2012.

_____. Globalização financeira e inserção periférica. **Economia e Sociedade**, Campinas, n.13, p. 57-92, dez. 1999.

BARBOSA, Zulene. Reestruturação produtiva e as atuais relações de trabalho em Portugal, sob o impacto das políticas de austeridades. **Relatório de Estágio Pós-Doutorado na Universidade de Coimbra**, 2018.

BATISTA JR, P.N Mitos da globalização. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.12, n.32, 1998.

BECKER, B. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. 2 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

CASTRO, Edna. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul americana. Salvador: Caderno CRH, 2012.

COSTA SILVA, R. G; CONCEICAO, F. S. Agronegócio e campesinato na Amazônia brasileira: transformações geográficas em duas regiões nos estados de Rondônia e Pará. **GEOGRAPHIA (UFF)**, v. 19, p. 54-72, 2017. Disponível em: <http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/1008>.

FAO. Statistic Division. **Production índices 2016**. Disponível em: <http://faostat3.fao.org/browse/Q/QI/E>. Acesso em: 10 jan. 2019.

FAO. **The state of the food insecurity in the word**.2014. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4030e.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2019.

FAO, FIDA, UNICEF, PMA, OMS. **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo**. Fomentando la resiliencia climática en aras de la seguridad alimentaria y la nutrición. FAO, Roma, 2018.

FAO, OPS, WFP, UNICEF. **Panorama de la seguridad alimentaria y nutricional en América Latina y el Caribe 2018**. Santiago, 2018.

GUTTMAN, Robert. Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças, **Novos estudos 82**, São Paulo, nov. 2008.

IBAMA. **Relatórios de comercialização de agrotóxicos**. Boletim 2017. Disponível em <http://www.ibama.gov.br/agrotoxicos/relatorios-de-comercializacao-de-agrotoxicos#boletinsanuais>. Acesso em: 17 abr. 2019.

HOBSBAWM, E. Depois Del sigloxx. Um mundo em transição. *In*: LAGOS,Ricardo,America LALINA. Integracion o fragmentacion,BuenosAires, Edhasa, 2008.

LESSA, Natalie Coelho. Novo constitucionalismo latino-americano e soberania alimentar: reflexões sobre Brasil, Equador e Bolívia. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Direito. Salvador, UFBA, 2018.

MAPA. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Estatísticas e Dados Básicos de Economia Agrícola**. Secretaria de Política Agrícola. Departamento de Economia Agrícola. Brasília, 2017.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida. **Território e Gestão Ambiental na Amazônia**: Terras públicas e os dilemas do Estado. São Paulo: Annablume, 2011.

MESQUITA, B.A Contribuição governamental na ascensão do modelo agroexportador do agronegócio e suas consequências sociais e ambientais. **Revista de Políticas Públicas**, São Luis, v. 20, n. esp., p. 135-147, nov. 2016.

_____. Monocultura em expansão e a reorganização de território na Amazônia. In: EGAL – Encontro de Geógrafo da America Latina, 14., Lima, Peru, 2013. **Anais...** Lima, Peru: CGP/UGI-PERU, 2013.

_____. A expansão da fronteira agrícola num cenário de globalização da agricultura, **Revista de Políticas Públicas**, v. 22 ,*nesp.* 2018.

_____. Esboço sobre as estratégias de inserção das economias periféricas sob a ótica da globalização. In: IX Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2020. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/1263.pdf>.

PINHEIRO, E. S. **Imperialismo e a cultura da soja**: a experiência boliviana no início do século XXI. Dissertação de mestrado. PPGDSE/UFMA. São Luís, UFMA, 2019.

RIBEIRO, A. F. A; COSTA SILVA, R. G; SANTOS, J. L; RODRIGUES, C. B. P. A agenda territorial do agrohídronegócio em tempos de golpe: análise da “nova” lei de terras do Brasil. **Revista OKARA: Geografia em debate**, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 678-698, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/okara/article/view/41336B>.

RODRIK D. e Subramanian, D. “**Why did Financial Globalization Disappoint?**” In <http://www.hks.harvard.edu/fs/drodrik/research.html>., 2008.

STIGLITZ, J. E. **O Preço da desigualdade**, Lisboa, Bertrand Editora, 2013.

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs, Population Division. **World population 2017**. Disponível em: <https://population.un.org/wpp/Publications/Files/WPP2017Wallchart.pdf>. Acesso em: 8 dez.2018.

Notas

¹ Padrão recente de crescimento e a dinâmica agrária e territorial de regiões da América Latina inseridas na globalização: embates contra a dívida social e ambiental. Cf IN: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/1263.pdf>.

² O que explica a inserção de regiões periféricas como o Nordeste e a Amazônia na mais nova fronteira agrícola ou neste ciclo de commodities foi a dinâmica econômica liderada pela China que favoreceu os preços de commodities agrícolas e minerais gerando um efeito propulsor (cria um *boom*) que se espalha a áreas periféricas antes alijadas do processo de expansão (MESQUITA, 2013, p. 5).

³ Quanto a esta fase da globalização, como fato único, mas diversas referências (Wallerstein, Hobsbawm e (Hirst & Thompson) chamam atenção que esse fenômeno não é tão novo assim, está já presente no Século das Grandes Descobertas, e mais recentemente, assume um caráter extraordinário (entre 1870 a 1914), inclusive em aspectos como a livre mobilidade da força de trabalho, a situação é mais liberal do que a atual. Portanto o termo mais adequado talvez seja o de globalização contemporânea, dado o papel que assume o financeiro.

⁴ Nota-se que a denominação do qualificativo do termo depende das Escolas de pensamento (regulacionista, pós-keynesianos; Union of Radical Political Economists, etc.) em que são analisadas: capitalismo “global” ou “financeirizado”, globalização financeira; globalização neoliberal ou contemporânea; mundialização do capital; neoliberalismo; “capitalismo patrimonial”; “regime de crescimento dirigido pelas finanças” ou “regime de acumulação dominado pelas finanças”, dentre outros termos. Ver Guttman (2008).

⁵ Autores de vertentes teóricas diversas e mesmo instituições de governanças globais apontam em diferentes trabalhos empíricos padrões/formas diversas de inserções dos países em desenvolvimentos neste processo contemporânea de globalização.

⁶ O Ministério da Agricultura no Brasil sempre foi ocupado por pessoas ligadas às estruturas latifundiárias voltadas para a agricultura e a pecuária, mesmo nos governos ditos do campo popular. No Governo Bolsonaro, o cargo passou a ser ocupado por Tereza Cristina da Costa Dias, Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, não por acaso conhecida como a “musa do veneno”, que desde a sua posse articulou a liberação de dezenas de produtos agrotóxicos até então proibidos no Brasil.

⁷ Conforme levantamento mais recente do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC) em 2015, a economia do município gerou cerca de 1,6 bilhão de reais em 2011 (8% do PIB de São Luís), riqueza, porém não é igualmente distribuída, como indicam os números do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2014), ou seja, para cada dez moradores da cidade (10,12%) é extremamente pobre e um em cada quatro (25,17%) é pobre.

⁸ Dados do IBGE (2016) apontam que os municípios da região com maior produção de eucalipto são Grajaú, que passou de 30.142 para 45.059 hectares (ha), em 2015; seguido de Açailândia, cujo cultivo passou de 28.106 para 35.296 hectares e Barra do Corda que antes ocupava 21.130 hectares e passou para 23.390 hectares.